

37º Encontro Anual da ANPOCS

Número do ST: 13

Nome do ST: Metamorfoses do Rural Contemporâneo

**Título do trabalho: A mudança da morfologia social do patronato rural
no espaço estancieiro do Rio Grande do Sul**

Nome do autor: Marcos Botton Piccin

23 a 27 de setembro de 2013, Águas de Lindoia, SP.

A mudança da morfologia social do patronato rural no espaço estancieiro do Rio Grande do Sul¹

Marcos Botton Piccin²

O início da década de 1990 marca o fim de um longo período de ascensão econômica e política do patronato rural estancieiro do Rio Grande do Sul. A rede de cooperativas-frigoríficos por eles formada a partir do final da década de 1930 foi fulminada pelos processos de abertura econômica e tentativas de controle da inflação do final dos anos de 1980, ocasionando redução do preço dos gados pagos ao produtor (Viana, 2009; Isaac e Souza, 2010). As cooperativas-frigoríficos haviam permitido substituir a produção do charque, produto que atendia o consumo das classes trabalhadoras e os inseria como subsidiários das lavouras de exportação no país, pela carne frigorificada, produto que passou a atender o consumo de classes médias e altas e os inseriu como produtores de artigos de luxo. Já o processo de redemocratização do país na década de 1980 erodiu seu poder político, haja vista que a partir de 1930 houve ascensão de seus integrantes aos principais postos de mando da política nacional e da burocracia do Estado em ambos os espectros ideológicos, tanto nos governos que vão até 1964, quanto nos subsequentes governos militares - o que se pode perceber pela análise das trajetórias dos integrantes das principais linhagens de famílias (Piccin, 2012, p. 212-220). No plano interno do estado sulino foi também a partir de 1990 que a burguesia passou ao “centro do palco” no domínio político (Cadoná, 2002; 2009). Em comparação com seus congêneres nacionais, *senhores de engenho* e *barões do café*, o descenso econômico e político foi tardio, uma vez que os primeiros experimentaram um declínio “sem precedentes” entre os anos de 1950 e 1980 (Garcia Jr., 1989, p. 72), e os segundos perderam espaço político a partir de 1930 e econômico nos anos de 1960 (Stolcke, 1986, p. 12). *En passant*, no período de declínio econômico e político daqueles, os estancieiros possuem trajetória coletiva ascendente, sofrendo desclassificação social somente a partir do início dos anos de 1990.

¹ Artigo baseado no Capítulo IX da tese de doutorado do autor intitulada “Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro”. Campinas, IFCH, DCS/Unicamp, 2012.

² Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. E-mail: marcospiccin@yahoo.com.br

Além disso, modificaram-se as formas de mobilização da mão de obra em seus domínios fundiários. É a partir da década de 1990 que o risco representado por ações judiciais faz a legislação trabalhista bater a porta do mundo estancieiro, processo que já se desencadeava no Nordeste e Sudeste do país desde a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 (Stolcke, 1986; Garcia Jr., 1989). Ocorre, portanto, uma reestruturação da capacidade de exercer o poder e legitimidade – no sentido de Weber (1999).

Este artigo analisa as mudanças nas relações de poderes entre os agentes deste espaço social a partir da “reclassificação para baixo” desta aristocracia de base agrária e a inadaptação de seu sistema de práticas e disposições econômicas frente às alterações na economia. A decadência da elite estancieira colocou em xeque suas estratégias de reprodução social, aumentou a pressão para reconversão de suas trajetórias sociais, redefiniu a relação de poderes no espaço social com a alteração no volume e estrutura de seus capitais e descortinou uma defasagem entre a incorporação de disposições econômicas tornadas *habitus* e as estruturas objetivas da economia. A reconversão exigida pela nova conjuntura é também de recursos mentais sobre como organizar a vida econômica.

Como argumenta Sombart (1966, p. 293), na fase do capitalismo nascente “foi o empreendedor que fez o capitalismo, enquanto que na sua fase mais avançada é o capitalismo que faz o empreendedor”. Não é senão progressivamente que a esfera das trocas mercantis veio a se separar de outros domínios da existência (Polanyi, 2000). Ou seja, se inicialmente a racionalização e a constituição do sistema econômico se formaram paralelamente, porque estavam numa relação dialética de dependência e de prioridade recíproca, o contrário ocorre em sociedades que são inseridas num sistema econômico já dominante. Nesses casos as disposições econômicas constituem aportes estranhos que se precisa adquirir laboriosamente. Esse contexto configura uma situação em que as disposições internalizadas não se transformam no mesmo ritmo que as estruturas econômicas, em que disposições correspondentes às estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já abolidas, coexistem na mesma sociedade e por vezes no interior do mesmo indivíduo (Bourdieu, 2007; Garcia-Parpet, 2006).

Se esta questão da mudança social não é nova nas ciências sociais, vale a crítica de Bourdieu (2007, p. 11, 45) e Garcia-Parpet (2006) de que a bibliografia antropológica confere um lugar limitado às transformações econômicas e suas influências sobre o

sistema de relações e disposições sociais. Pior ainda a bibliografia econômica que se inclina a considerar as categorias da consciência econômica própria do capitalismo como categorias universais, independentes das condições econômicas e sociais vividas pelos agentes (Cf. Bourdieu, 2000). Mas se a consideração do problema como colocado até aqui tem pouco relevo nos estudos contemporâneos, menor o é entre aqueles que estudam os grupos dominantes nas distintas sociedades – setores sociais que em si já são objeto de poucos trabalhos científicos quando comparados aos setores subalternos (Pinçon e Pinçon-Charlot, 2007a). No caso francês vale destaque às investigações das chamadas ‘dinastias industriais e de banqueiros’, dando origem a um campo de estudos reivindicado como “sociologia da burguesia” (Zalio, 2004; Pinçon et Pinçon-Charlot, 2006, 2007b, 2007c). No que se refere aos estudos rurais, abordando *les paysans* franceses em processo de acumulação econômica, destacam-se os trabalhos de Garcia-Parpet (1996), Laferté (2010) e Beissière (2010). Mas os casos do “rural” estudados por estes últimos autores estão mais próximos de linhagens de agricultores familiares tecnificados em franco processo de acumulação do que famílias de “aristocracia de base agrária” em reconversão, como é com os *estancieiros*.

No caso brasileiro essa questão tem tido pouco relevo na literatura que aborda os processos rurais. Uma das exceções que se pode destacar é o estudo de Garcia Jr. (1989, Capítulos VII e VIII), que analisou os *senhores de engenho* na Paraíba. A bibliografia que aborda os grandes proprietários de terra debruça-se principalmente na construção e representação patronal (Heinz, 1991, 1996), ou sobre a análise política nos períodos de maior tensionamento social devido às ameaças de reforma agrária (Bruno, 1997, 2002a, 2002b, 2003; Da Ros, 2006, 2009, 2012), ou às trajetórias de grupos específicos (Ramos, 1995; Grijó, 1998), ou mesmo à construção simbólica e ideológica que esses grupos fazem de si próprios (Heredia, Palmeira e Leite, 2010; Bruno, 2012). De forma geral, a bibliografia mais econômica tem destacado a região estancieira como em crise e com baixa dinâmica econômica, quando comparada às demais regiões do estado (Accurso et al., 1965; Alonso et al., 1994; Benetti, 1994, 2007, 2010; Paiva, 2008; entre outros). Mas pouco esforço analítico se tem feito para se entender as lógicas e o comportamento econômico dos agentes aí dominantes e seus investimentos nos jogos sociais nos quais estão envolvidos.

Este artigo tem como fio condutor a análise das alterações nas estratégias produtivas dos *estancieiros* em seus domínios, de modo a explicitar as lógicas e o

comportamento econômico destes *senhores da terra* e as estratégias dos demais agentes nesse espaço social de interdependência. Trata-se de entender o espaço social estancieiro como um *espaço de relações*, no qual as mudanças de lugar se pagam em esforço, em trabalho e, sobretudo, em tempo; a busca por ascensão ou reconversão significa “trazer as marcas e os estigmas desse esforço” (Bourdieu, 2002, p. 136-137).

Esta pesquisa foi realizada entre 2009 e 2011, com observação direta no município de São Gabriel para geração de dados etnográficos, na qual foram entrevistados 16 estancieiros e/ou casais de estancieiros com posses fundiárias acima de 1.000 hectares (ha), além de dezenas de outros agentes sociais.

Quando a “vaca não paga mais a conta”: desclassificação e reclassificação social

- *Olha só esses caras, Calgembrino – os Cambarás, os Amarais, os Fagundes... murmurou o Veiguiha. – Só gringos, alemães, judeus, turcos... Onde está a gente antiga, gaúchos de boa cepa? Os Macedos, os Prates,* (Veríssimo, Érico. O Tempo e o Vento, O Arquipélago, Vol. II, 1961, p. 408).

A estrutura das relações descrita no trecho do romance de Veríssimo se torna patente no espaço social em estudo com a conjuntura que se iniciou nos anos de 1990. Não somente o volume do conjunto dos capitais entre os agentes foi redimensionado, como também a estrutura dos capitais para exercer o poder e legitimidade em termos de dominação foi redefinida. Se, por um lado, houve a fragilização dos recursos pelos quais os indivíduos situados em posições dominantes retiravam sua força simbólica, por outro lado os demais agentes também se deslocavam no espaço social. Além do espaço de concorrência quanto às estratégias utilizadas pelos diferentes indivíduos e grupos para manter e melhorar sua posição no espaço social, algumas destas estratégias perderam eficácia no caso dos estancieiros – como a força de trabalho pelo estatuto da dominação tradicional (Weber, 1999), o que se traduz em transformações que afetam o volume e a estrutura do capital das diferentes classes e frações de classe (Bourdieu e Sant Martin, 1978; Bourdieu, 1989, 2008).

A venda de ativos fundiários para novos agentes sociais, a aquisição de terras pela ação do INCRA, por empresas de papel e celulose, descendentes de colonos, ou o arrendamento das terras são manifestações de um mesmo princípio, qual seja a trajetória descendente relativa dos estancieiros enquanto *senhores de terra*. Nada mais ilustrativo deste efeito de desqualificação estrutural de suas posições para com os demais agentes do

que as reações coletivas contra as iniciativas de reforma agrária pelos governos e/ou movimentos sociais. O bloqueio dos técnicos do INCRA em entrar nas estâncias para averiguar os índices de produtividade (Da Ros, 2009), a luta contra o Governo Olívio Dutra (PT) entre 1999/2002 (Da Ros, 2006; 2012), o impedimento de revisão dos índices de produtividade (Sório Junior, 2001), o enfrentamento direto com a Brigada Militar, vigílias e marchas contra os sem-terra são manifestações que expressam mais do que simplesmente *medo* em serem *expropriados*. Mas expressa um *habitus* que renova e reinvoca um sistema de posições já superado na história do espaço social do qual fazem parte, como se analisará no decorrer deste artigo.

Até meados da década de 1970, somente com a venda da lã dos ovinos os estancieiros conseguiam cobrir todos os custos monetários envolvidos nas atividades criatórias. O que significa que toda a venda dos bovinos era receita líquida. Isso cobria os gastos com o padrão de consumo da época. Mas a diminuição tanto dos preços da lã como dos bovinos no final da década de 1980, aumentou a pressão para que novas alternativas de receitas se constituíssem, pois agora “a vaca não paga mais conta”³ e é necessário, para complementar o orçamento doméstico, “aumentar a agricultura”, ou seja, as áreas com as lavouras comerciais. Todavia, há outros dois poderosos elementos que dão a impressão de corrosão do poder de compra das elites estancieiras e que força a busca pelo aumento da produtividade e/ou outras fontes de rendimentos: o aumento do custo para compra da força de trabalho e a incorporação de novas mercadorias nos padrões de consumo de elite.

O aumento do custo da força de trabalho não diz respeito apenas ao pagamento obrigatório do salário mínimo e direitos trabalhistas, “que só vieram a ser implementados recentemente, de poucos anos para cá”, como declararam vários estancieiros. Mas a um conjunto de mudanças que os patrões foram obrigados a fazer em suas estâncias para que os trabalhadores aí pernoitassem, adequando as instalações para atender as exigências da justiça do trabalho. Entre as mais evidentes, a necessidade de camas, pois até então “os empregados dormiam sobre os pelegos⁴”, além de água encanada e chuveiro quente. Na estância de um dos casais entrevistados, somente em 2005 foram transformadas antigas baias, onde os principais cavalos ficavam estabulados durante a noite, em quartos para os

³ As passagens entre aspas referem-se às falas dos entrevistados ou de citações realizadas.

⁴ Pelego é o couro retirado dos ovinos quando abatidos. Como é um couro recoberto por lã, era o pelego utilizado como colchão pelos peões, além da montaria.

6 empregados contratados. Soma-se a isso a incorporação de novas mercadorias aos padrões de consumo socialmente aceitos como válidos para conservar suas posições no espaço social.

Frente a essas alterações que determinam a percepção de que “a vaca não paga mais a conta”, uma das pressões é no sentido de “aumentar a produtividade” e outra é da necessidade de “envolver a família lá” na estância. Estamos falando de duas coisas: primeiro de estímulo ao investimento produtivo; segundo de estilo de modo de vida/administração do patrimônio produtivo. Aqui reside uma das particularidades do *comportamento econômico estancieiro* por contrastar largamente com os princípios que orientam a economia capitalista. Vejamos: para os estancieiros, se faz necessário ampliar os investimentos produtivos na estância quando ocorre a baixa dos preços do gado. Os investimentos produtivos são realizados em momentos de baixa dos rendimentos monetários líquidos da família, assemelhando-se ao comportamento de administração dos domínios feudais descritos por Kula (1979) para a realidade polonesa dos séculos XVI-XVIII. O estímulo para o investimento é a queda relativa dos rendimentos líquidos; o que significa afirmar que ocorre um desestímulo ao investimento quando os preços pagos ao produtor sobem. Ora, o contrário se dá no caso da racionalidade capitalista, que amplia os investimentos nos momentos de alta dos preços e deprime os investimentos nos momentos de baixa; quer dizer, frente a uma conjuntura favorável de subida dos preços de determinada mercadoria, os capitalistas investem em mais compra de bens de capital e mão de obra para ampliar as vendas e acumular mais valor; mas este mecanismo que funciona como incentivo aos capitalistas, é um desincentivo aos estancieiros.

Isso também se pode analisar pelo aspecto da estilização de modos de vida, proporcionados pelos altos preços do gado. O fato de que, agora, seria preciso “envolver a família” nos trabalhos da estância, demonstra uma diferença para com o período anterior de altos preços pagos pelo gado quanto ao modo de administração e acompanhamento das atividades produtivas. Antes de analisarmos esse significado, busquemos outra declaração semelhante, mas dito por outro agente. Em um dos livros publicados por um dos entrevistados, há uma citação de um texto de um professor das Faculdades Associadas de Uberaba, FAZU/MG, que presta assessoria para as entidades patronais, na qual argumenta sobre as diferenças de comportamento frente à propriedade que o criador deveria ter, identificando quais eram no período de altos preços. Segundo o professor:

Naquela época, a rentabilidade da pecuária era tão atraente que permitia o surgimento de uma série de distorções e ineficiências (administração à distância, baixa produtividade, excessiva concentração de investimentos em imóveis, baixa eficiência comercial, desrespeito à vontade do consumidor final de carne e falta de associativismo), tornando a atividade pouco competitiva para os tempos atuais (AGUIAR, Adilson Almeida *apud* ASSIS BRASIL, Délio, 2009, p. 95-96).

Ou seja, nesta declaração também se encontra todos os elementos de estímulo e desestímulo ao investimento comentado anteriormente. Mas, além disso, essa citação é importante devido ao comportamento criticado de “administração à distância” como um dos componentes “de uma série de distorções e ineficiências” que seriam práticas comuns no período dos altos preços pagos pelo gado. Na mesma direção está o argumento sobre a necessidade de agora “envolver a família lá” na estância. O que é importante perceber são as indicações de um condicionamento frente à vida econômica da estância determinado pelo poder de colocar a necessidade econômica à distância, fornecida pelo próprio poder econômico. Ou seja, uma certa estilização de modos de vida que tem como valor o afastamento em relação às coisas mundanas do trabalho físico, como necessidade imediata. A distância do mundo do trabalho na estância devia ser um fator de distinção social.

Todavia, a diminuição relativa dos rendimentos, que possui como principais motivos os elementos já comentados, fragiliza e tensiona este condicionamento social, internalizado como *habitus* e regra de orientação social. Agora, o envolvimento da família nos trabalhos da estância é visto como uma “luz no fim do túnel”, que, entretanto, pode ser encarado como descenso social, como desclassificação no espaço social estancieiro. Em absoluto, isso não significa que a família seja de fato “envolvida” nos trabalhos da estância, mas que existe um tensionamento que os coloca diante de alternativas que pode ser mesmo a venda dos ativos fundiários, frente à impossibilidade de reprodução social como no período anterior e à realidade potencialmente vivida como desclassificação.

Se a venda dos ativos fundiários estiver descartada, uma das alternativas é aumentar a área de lavouras, seja pelo arrendamento a terceiros ou pelo cultivo próprio. De fato, com a crise de rendimentos enfrentada pelos estancieiros, se alterou a balança de poderes em relação aos arrendatários, pois a margem líquida exigida deste último para permitir o uso da terra se tornou passível de maior negociação. As entrevistas com os

arrendatários, em sua maioria descendentes de colonos italianos ou alemães, identificam um período anterior de dificuldade em termos de encontrar terras para arrendar e, um período posterior, em que, comparativamente, a situação muda. Se, antes, com o “arrendante” não havia muita margem de negociação sobre o preço de aluguel da terra, pois “os fazendeiros só queriam lidar com gado”, agora o dono da terra “está mais preocupado com o seu arrendatário”. O dono da terra se torna “mais parceiro do que antigamente”, justamente porque aumenta o grau de dependência para com as rendas provindas do aluguel de terras para outrem e/ou necessita de pastagem barata para o período do inverno. Mas os significados destas alterações no espaço social ultrapassam o fato de que aumenta a disponibilidade de terras para arrendamento, pois as trajetórias descendentes dos estancieiros estão na proporção inversa às trajetórias ascendentes de agricultores que iniciaram como pequenos arrendatários no início da segunda metade do século XX e se tornaram proprietários. Não são somente descendentes de italianos que possuem esta trajetória, outros agricultores naturais do município também trilharam caminhos semelhantes. Mas a maior expressão da complexidade do espaço social é dada pelos descendentes de colonos que migraram para as áreas de pecuária e aí investiram o principal recurso de que dispõem: o trabalho familiar.

Vale a pena situar a trajetória social de um deles: filho de colonos da região da Quarta Colônia, seu pai era proprietário de “vários pedacinhos” que, somados, atingia 80 ha. No início de 1980, ele e seus outros 4 irmãos arrendam 80 ha de terra para plantio de arroz e outros 80 ha para plantio de soja em São Gabriel. A partir de então várias outras frações foram arrendadas, adquirindo, no início dos anos de 1990, duas áreas de terra, uma de 199 ha e outra de 170 ha. Em 1996, os 4 irmãos começam uma espécie de peregrinação por vários municípios da fronteira, arrendando e comprando terras: nesse ano, compram 545 ha em Santana do Livramento, que vendem em 2003 e compram outra 800 ha em São Borja, no mesmo ano. Em 2006, vendem a área em São Borja e compram 845 ha, retornando a São Gabriel, onde em 2009 compram mais 1.000 ha, e em 2010, adquirem outros 1.370 ha. Ou seja, hoje em São Gabriel, possuem 3.215 ha, além de arrendar outros 500 ha. Somente a poucos anos atrás construíram uma casa na cidade, mesmo conservando a casa na propriedade, onde se dizem estar mais à vontade. O projeto de vida dos 4 irmãos seria cada um possuir 1.000 ha de terras próprias. Como no caso de outros descendentes de colonos entrevistados, orgulhava-se de que o filho mais velho, formado em engenharia mecânica, estivesse assumindo os negócios da família.

Esse caso é um exemplo de como se altera a morfologia social no município, justamente no período em que os rendimentos da pecuária descessem e as posições dominantes, no mínimo, se fragilizam. Mas não só isso, representam as diferentes maneiras de ver a terra como ativo produtivo, em que as trajetórias dos filhos de descendentes de colonos, que voltam a assumir os negócios da família, contrasta com as trajetórias dos filhos dos estancieiros que buscam se inserir em empregos urbanos.

A fragilidade das posições então dominantes não se dá somente pelo fato de diminuição dos rendimentos da pecuária, vendo-se na eminência de reconverter as trajetórias sociais pela venda dos ativos fundiários ou pelo arrendamento de áreas de terra a terceiros. No caso daqueles que optaram por iniciar lavouras por conta própria, há um conjunto de disposições, conhecimentos e posturas que são necessários internalizar para que se tenha sucesso nos empreendimentos e isso é vivido não sem algum grau de sofrimento, que pode determinar o fim das iniciativas por conta própria. De 16 estancieiros entrevistados, 6 haviam iniciado plantações por conta própria, mas somente 1 deles ainda continuava na direção dos lavouras. Os outros 5 haviam entregue as lavouras para arrendatários.

Um dos estancieiros entrevistados declarou que partiu para a plantação porque os rendimentos com a pecuária eram considerados pequenos. Contudo, “não deu certo” e acabou optando por arrendar sua terra. A afirmação de que “eu sempre fui mais da criação mesmo” foi registrada em outras declarações também. Ela traduz o que se argumentou acima. Ou seja, as novas disposições exigidas pelas lavouras não dizem respeito somente aos conhecimentos técnicos específicos. Mas, sobretudo, de um acompanhamento e mando sistemático dos empregados e das tarefas a realizar em cada lavoura. Frente à constatação do pesquisador, verbalizada a um dos entrevistados, de que, no entanto, havia agricultores “fazendo dinheiro” com as lavouras em São Gabriel, a resposta foi a seguinte: “não, mas aí é diferente, são eles mesmos que tocam”. Esta frase é por demais significava e expressa as tensões que a elite estancieira passou a enfrentar. Em primeiro lugar reconhece que o trabalho daqueles agricultores é com base na mão de obra familiar: “são eles mesmos que tocam”. Em segundo lugar, são “eles”, em contraposição a “nós”: operam as máquinas, acompanham os empregados, envolvem os filhos e mulheres. “É diferente” porque, no caso dos estancieiros, não há disposição dos integrantes da família para tal, como há entre os descendentes de colonos.

Entre os descendentes de colonos, o fato de ter “mania de estar todo o dia lá cuidando” das lavouras, ou ter como lema “se tu não sabe fazer, tu não sabe mandar” os empregados, poderia resumir todo o sistema de disposições sociais internalizado desde a infância com os pais, reforçada e reafirmada positivamente pela prática ao longo de suas próprias trajetórias. Não seria razoável esperar outro tipo de comportamento de quem tem inscrito em seu *habitus* o trabalho com a terra como a única medida e possibilidade de progresso social ao longo das gerações. Obviamente, o estranhamento é mútuo entre os agentes sociais com origem colonial e os de origem na estância. A desvantagem destes últimos é que a concorrência entre grandes plantadores fulmina, sem perdão algum, seus empreendimentos se forem fundados sob as práticas por eles herdadas como *habitus*; elas não são mais sancionadas no espaço social, como no caso do gerente de banco que em entrevista reprovava o fato do proprietário ter que ligar para o empregado para saber como estava a lavoura; é o proprietário que deveria saber. Esta é a exata medida do senso de inadaptação a um meio social para cujas regras que se tornaram hegemônicas não houve treinamento ao longo de seus processos de socialização.

Além disso, um dos resultados que já seria previsível esperar são as diferentes visões quanto aos usos produtivos do solo, que aparecem como a própria afirmação de seus *habitus*. Enquanto os estancieiros afirmam “eu sempre fui mais da criação mesmo”, os descendentes de colonos, ao contrário, afirmam não gostar da pecuária, porque “sempre preferi mais a lavoura mesmo”, ou “lavoura é pra gente de origem⁵”. Neste último caso, não é que haja um veto às criações, mas uma avaliação econômica minuciosa de qual atividade há maior retorno monetário. As terras para o gado são aquelas em que não é possível aproveitar com as lavouras, pois as lavouras proporcionam lucros maiores, quando comparadas com a pecuária, além de que o gado “soca muito a terra” e isso prejudica o rendimento das lavouras.

No caso dos estancieiros, não é que desconheçam que as lavouras possuem um rendimento monetário maior por unidade de área. Mas o cálculo é mais complexo e passa por não haver disposição de internalizar a “mania de estar todo dia lá cuidando” das lavouras. Até bem pouco tempo atrás era exatamente em contraste com essa atitude que eles se diferenciavam e se afirmavam como classe dominante no espaço social. Enquanto seu poder econômico estava sancionado, sua distinção e afirmação de poder simbólico se

⁵ “Gente de origem” refere-se àqueles que são descendentes de italianos ou alemães e possui toda uma significação associada à superioridade étnica.

dava por conceber maior liberdade frente às restrições da necessidade econômica. Entretanto, agora, para manter ou conservar um nível de consumo de elite, só se seus domínios forem muito grandes, ou internalizar as regras hegemônicas de funcionamento do campo econômico, mesmo que a custo de sofrimento, ou amargar resignadamente o descenso social.

Frente ao fato de existir no espaço social novos agentes tão ou mais poderosos economicamente quando em comparação com os já estabelecidos, até a história de ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul ganha reinterpretação nas declarações dos estancieiros: os colonos é que seriam os verdadeiros beneficiados por terem sido instalados nas piores terras e em pequenas propriedades, pois “se eles encontrassem um paraíso aqui, eles iam se acomodar”. Mas o mais importante são as transformações que se processam quanto ao olhar dos estancieiros sobre os *gringos* – como foram denominados em entrevista os descendentes de colonos italianos. Estes últimos “começaram a baixar” em São Gabriel com o desenvolvimento das lavouras e em um ambiente de ampla diferenciação social. Ora, os primeiros não só eram os senhores absolutos da terra - em que “era difícil achar terras para arrendar”, segundo as declarações dos descendentes de italianos – como o eram com relação ao domínio da língua, pois “aqueles *gringos* falavam tudo diferente”. Além disso, era um contraste o fato dos *gringos* quase não possuírem vida social, pois “não saíam de dentro das propriedades” e cuja base do trabalho era a familiar, da esposa e dos filhos. Entretanto, com o fato de serem, agora, os *gringos* considerados novos ricos, a sensação de posição social se inverte, em que não “adianta querer bancar” ser rico se não se é, sendo melhor “aceitar o próprio rico” - conforme a declaração de uma estancieira. Frente a este conjunto de alterações, em que o dinheiro existe, mas “só que mudou de mãos”, o *habitus* é tensionado a positivar a “mentalidade de trabalho” com a qual os *gringos* estariam historicamente embebidos.

Questionado em sua base econômica, que lhe dava sustentação, a sensação de inaptidão representa a crise do *habitus desinteressado*, formado numa fase anterior da luta de classes. É o desenrolar desta crise, para além dos efeitos sobre o campo econômico, que aprofundaremos na próxima seção.

Crise do *habitus desinteressado*

A análise comparativa com o caso dos *gringos* no espaço social é também uma escolha metodológica do analista para fazer transparecer as particularidades do *habitus*

estancieiro. Talvez seja a principal situação polar mais citada na fala de ambos os entrevistados, até porque se trata de indivíduos que modificam suas posições na estrutura social ao longo do tempo, um descendente e outro ascendente – e por isso da opção destas posições sociais como recurso de análise. Mas não raro os estancieiros também se referiam pejorativamente a empresas ou a outros indivíduos que haviam comprado terras no município, ou mesmo a outros estancieiros, atribuindo-lhes a pecha de “águia nos negócios”, que “só pensam no econômico, em ficar ricos e não na comunidade”, e mesmo, em tom rancoroso, de “ladrões”. Aliás, poucas foram as entrevistas realizadas com os estancieiros em que a conversa sobre o *mundo econômico* tenha fluído bem – o inverso ocorria nas entrevistas com os *gringos*. Havia questão de demonstrar ao pesquisador não só *desinteresse*, mas desconhecimento de maiores detalhes sobre o funcionamento econômico nas estâncias – como os índices zootécnicos e número do rebanho por faixa de idade. Frente ao desconcerto e, algumas vezes, insistência do pesquisador em fazer retornar determinadas perguntas à conversa, a mais frequente manifestação era, educadamente, pensar lentamente e fornecer “uma idéia” a respeito da questão ou então elaborar alguma resposta evasiva: “eu ligo tão pouco para essas coisas, essas coisas materiais”, declarou um entrevistado.

Entretanto, o contrário ocorria quando os assuntos tratavam da história familiar, das trajetórias dos integrantes, das atividades consideradas prazerosas como música, poesia, literatura, pintura e, em alguns casos, outros idiomas, além de diversas atividades realizadas durante a vida de maneira *desinteressada*. Das seis linhagens pesquisadas em profundidade, quatro delas possuem publicadas a genealogia da família – três delas em livros e uma em página na internet.

Como classe em descenso social, a volta ao passado e à lógica da determinação do valor baseadas em outros valores que não apenas o monetário, mesmo que na forma de recordações e cultivo das memórias, torna-se um mecanismo de ir buscar ou reivindicar poder simbólico e reconhecimento social nos períodos considerados gloriosos à família. Um papel semelhante cumpre a participação direta em entidades e eventos responsáveis por embalar restaurações de prédios antigos, nos quais se revive as façanhas dos antepassados e se atualiza no presente a legitimidade das linhagens, das posições sociais e se acumula em homenagens, reconhecimento, respeito, em uma palavra, se ritualiza e reatualiza a fonte de poder simbólico baseada numa estrutura social anterior. A própria elaboração da genealogia e história familiar, além das principais realizações de

cada ascendente mais remoto até ele próprio, manifesta que sua geração atual é responsável por honrar, manter o nome e perpetuá-lo socialmente. Mais que isso, de conservar os vínculos com outras grandes linhagens que fornecem uma espécie de valor social e manutenção do status social. Mas em um sistema social em que as regras do campo econômico tornam-se hegemônicas, a valorização das tradições e comportamentos herdados e hegemônicos num momento passado da luta de classes pode determinar que as “famílias tradicionais ficam somente no nome”, pois “estão todas quebradas”, como declarou um estancieiro de 62 anos, ele próprio descendente de duas linhagens de barões, tanto por parte de mãe quanto de pai, e falido financeiramente, cujas terras de herança não mais possui.

Esse estancieiro falido orgulhava-se de seus feitos, como caçadas, danças, participação em campeonatos de esportes diversos, gosto por carros e caminhões, mulheres, gentilezas e doações financeiras *gratuitas* – que sua mãe também fazia com frequência “a todos que precisassem” -, mas nunca gostou de estudar, nem apareceram referências à vida econômica na estância. Durante a sua juventude, acendia cigarros com notas de dinheiro, motivo de risos quando da declaração ao pesquisador; feito também recordado por outros estancieiros quando se referiam a ele. Estas ações tinham o efeito de fazer reconhecer que o poder simbólico de sua linhagem não advinha somente da riqueza do poder econômico, pois o campo propriamente econômico e suas regras específicas ainda não eram hegemônicas neste espaço social sob os demais domínios das práticas econômicas. Em outras palavras, as regras em desenvolvimento do campo econômico propriamente dito ainda coexistiam com as regras de uma economia moral e caracterizavam esta formação social em transição. Em tal universo, há uma luta por fazer vir ao mundo um modo de dominação sob a violência simbólica aberta do dinheiro, em contraposição às práticas econômicas dissimuladas pelo véu das obrigações morais. Ambas as situações transformam as relações arbitrárias em relações legítimas e naturais, de diferenças de fato em distinções oficialmente reconhecidas (Bourdieu, 1980, p. 216). A prática de doações *gratuitas* também é uma forma de acumulação, pois inicia uma relação durável de obrigações que permite satisfazer o interesse econômico sob uma forma aparentemente desinteressada. O que se busca acumular em tais relações é um capital de obrigações e dívidas que serão quitadas sob a forma de reconhecimento, de respeito, de fidelidade pessoal, de prestígio e, não raro, pelo trabalho e serviços (Bourdieu, 1980; Mauss, 2007).

Se a destruição de dinheiro para acender cigarros pode ser encarada como uma situação extrema de demonstração do poder simbólico herdado e mantido por outras práticas que não o monetário, está longe ser a única. Era antes uma regra àqueles em posições sociais e trajetórias semelhantes. Nada mais representativo de tais comportamentos como regra social do que a tradição de três bailes em sequência durante a realização das exposições de gado anuais, o consumo suntuoso, ou das tradições de jogos e apostas nas mesas do Clube Comercial no município ou na capital do estado.⁶ Situações sociais de festas e ritos que buscam reafirmar a hierarquia num espaço social onde, cada vez mais, esta mesma hierarquia torna-se instável e susceptível de ser colocada em causa não somente entre seus pares, mas por novos e poderosos agentes sociais que estão em plena ascensão. O mecanismo que parece operar neste sistema social é uma espécie de *potlatch*, consumo/destruição de riquezas, proposto por Mauss (2007) ainda na primeira metade dos anos de 1920, no caso das sociedades indígenas no Norte-Oeste Americano, os Tlinkit e os Haïda: tribos ricas que passam o inverno numa imensa festa para troca de presentes, seguido da destruição das riquezas, cujo objetivo perseguido para estabelecer as hierarquias é a oferta e destruição do maior número de riquezas. O que se busca demonstrar é que não se necessita daquilo para se viver e o que se mede é a grandeza em termos de honra e de prestígio.

O que mais importa são os significados da destruição das riquezas, seja literalmente, ou em demonstrações como bailes suntuosos. Sobretudo, importa que seja uma demonstração de poder pelo ato de mostrá-lo como capital simbólico, em que o acúmulo de riqueza material não tem justificação em si. Ou seja, importa fazê-lo reproduzir e legitimar as hierarquias em vigor, pois a acumulação de riquezas não é mais do que um meio entre outros de acumular poder simbólico como recurso de fazer-se reconhecer com poder. A destruição de riquezas se passa como que uma despesa demonstrativa, por oposição à produtiva, e representa ao mesmo tempo todas as despesas visíveis como manifestação de riquezas reconhecidas em uma formação social (Bourdieu, 1980, p. 226). Em outras palavras, destruir o dinheiro é uma forma de autoafirmação legitimadora pela qual se faz reconhecer o detentor da maior honra e, assim, da maior concentração de poder. Estamos, portanto, diante de uma economia da *demonstração* em

⁶ Sobre os jogos e apostas em clubes sociais, não somente isso apareceu em várias entrevistas, mas principalmente em situações vividas no cotidiano, seja com os estancieiros ou com outras pessoas, como comerciantes e o funcionário do próprio Clube Comercial no município.

que o poder se afirma de maneira visível, pública, por oposição a todos os demais poderes ocultos e escondidos, como o do burguês que procura acumular dinheiro. O título de propriedade e a certeza de pertencer a uma casta nobre lhes autoriza não só a ocupar a posição dominante na hierarquia, como demonstrar esta associação pela queima – literal ou não - de dinheiro. Nada mais compreensível que não haja poupança monetária, como gostariam os economistas, neste sistema social, lido pelo argumento da eterna “descapitalização da pecuária”⁷. O problema não é a “descapitalização” deste sistema, mas as regras sociais de hierarquia e poder que determinam um dado uso dos recursos monetários.

Contudo, estamos tratando de um sistema social em transição, em que as regras de funcionamento do campo econômico progressivamente se autonomizam das regras morais. Cada vez mais se torna difícil de obter a crença e a obediência dos outros, tanto para mobilizar a força de trabalho, quanto de reconhecimento social das demais frações de classe. Este *habitus* investido do desinteresse aparente é ferido de morte quando a única e/ou principal fonte de obtenção de poder simbólico se torna o capital monetário: único capaz de mobilizar força de trabalho, reconhecimento social, bens e serviços diversos, reconstituir hierarquias e distinção social.

Os efeitos das transformações do espaço social se dão em todos os domínios da vida, aqui analisados parcialmente do ponto de vista das estratégias econômicas, mas também percebidos quanto aos títulos escolares, estratégias matrimoniais (Piccin, 2012, p. 203).

Falta ainda analisar como estas esferas do mundo econômico propriamente dito são estruturadas em seus sistemas de pensamento e de orçamentos. Aspectos que serão analisados a seguir.

Orçamento familiar & orçamento da estância: modo de pensar a estrutura de custos e receitas

Não há nada de natural nos processos de registros e controles de receitas e de custos elaborados pelos indivíduos no decorrer da história. O que importa chamar a atenção é que esses registros são resultado das experiências concretas de como pensar e organizar o mundo econômico e nada define *ex-ante* a forma que tomará e os

⁷ A maior representante deste veio interpretativo é Pesavento (1980a; 1980b).

mecanismos de raciocínio econômico traduzidos na simples necessidade de tomar nota de receitas e de custos (Sombart, 1966). A sua existência já explicita a necessidade de avaliação, a preocupação de medir lucros, perdas e o desejo de prever. As diferentes formas de realizar estes controles podem implicar na tradução de atitudes diferentes em relação às realidades econômicas.

Nos domínios feudais do Sudeste da França, estudados por Duby (1991, p. 12-13), foi somente a partir da segunda metade do século XIII que se disseminaram os controles de saídas e entradas de recursos. A evolução foi lenta e aos poucos os senhores dedicavam mais interesse sobre o estado das construções, às reservas alimentares e, com a crescente monetarização da economia, passaram a incluir o montante de dívidas, dos fluxos de moeda, dos empréstimos contraídos e das prestações a receber. Em um dos casos citados pelo autor, do *Comte de Provence* para os anos de 1249-1254, o livro de contas relacionava de forma desordenada as receitas do domínio e outras rendas do referido *Comte*, e todas as despesas não só com seus domínios rurais, mas de toda a ordem, relacionadas com sua posição social. Não havia a separação entre o que poderíamos chamar de gastos intermediários e utilizados na produção nos domínios e os gastos de consumo próprios e de sua camarilha. Tal separação é uma invenção no/do capitalismo e constitui a base dos fluxos de caixa de qualquer empresa moderna de nossos dias. Neste caso, não há nenhuma hipótese de que nos balanços das empresas publicados na Bolsa de Valores estejam incluídos como custos intermediários os gastos pessoais dos capitalistas e suas famílias, que vivem com parte das remunerações líquidas da valorização do capital pela extração da mais-valia.

Entre os estancieiros, os gastos produtivos e os gastos de consumo da família estão inextricavelmente unidos, “os custos da estância se confundem com os meus”, diz um dos entrevistados, do qual surge uma lógica de estruturar os fluxos de caixa e um *comportamento econômico* específico frente à estância. Para fazer tal demonstração é preciso descrever o processo pelo qual o pesquisador obteve os dados de fluxo de caixa, pois muito da racionalidade neles envolvida se revela a partir do modo pelo qual se tornaram disponíveis.

Era comum ouvir dos estancieiros entrevistados que a estância “não dava lucro”. Um dos estancieiros entrevistados declarou que seu gasto mensal era em torno de trinta mil reais e de que “ali era tudo igual”, referindo-se a outros estancieiros. No entanto argumentava que todos estariam com dificuldades de “pagar as contas” e o que só

mudava era o valor comprometido mensalmente: uns seria trinta mil, outros trinta e cinco mil, outros quarenta mil, etc. Frente à expressão de espanto do pesquisador, ele se dispôs a comprovar sua afirmação abrindo seu caderno de controles espontaneamente e o disponibilizando para cópia. Quando ele repassava as informações ao pesquisador, comentava com frequência que “isso aqui”, referindo-se aos gastos anotados em seu *caderno*, “não aparece lá na contabilidade”, referindo-se ao escritório de contabilidade, “para você ver que o gasto é bem maior”, dizia. O que deve ser retido pelo leitor é o argumento de que a estância “não dava lucro”, uma vez que os gastos monetários totais equivaleriam à receita total, além de que o cálculo realizado pelo escritório de contabilidade era falho porque não incorporava vários outros gastos da família.⁸

Um contabilista visitado pelo pesquisador, que não era o mesmo responsável pelo controle de fluxo de caixa dos estancieiros que se obtiveram os cadernos de controle de gastos e receitas, confirmou esta mesma lógica que orienta a organização financeira de seus clientes, para os quais ele procurava instruir, sem sucesso, sobre as formas consideradas corretas pela sua profissão de realizar os balanços. Para ele, segundo argumentou ao pesquisador, “imposto de renda não é custo da estância, isso é imposto”, da mesma forma que “juro do carro particular não vai no custo da fazenda”, ou ainda, que “a despesa com comodidades não se deduz da atividade rural”. Seus clientes reclamavam que ele não colocava essas saídas monetárias na contabilidade da atividade econômica; segundo sua declaração: “Eu nego! Querem colocar vários outros gastos e eu sempre digo que não! Eu tento dizer para eles, ensinar, instruir, mas nunca me ouvem, continuam fazendo do mesmo jeito”.

Um outro estancieiro reclamava de que “não sobrava no final do ano”, por mais que seu gasto médio mensal fosse “entre quarenta a quarenta e cinco mil reais”. Se sua receita era alta, seus gastos também eram altos, de modo que “não sobrava”. Depois de autorizar a cópia de seus cadernos de fluxo de caixa, reclamou que seu contador não deixava incluir na contabilidade da estância “os gastos daqui de casa”. Frente a uma expressão de exclamação do pesquisador, ele continuou, dizendo: “não, não deixa! Aí o resultado é aquele que você vai ver lá, é um valor alto, mas aquilo lá não é real, o gasto é bem maior”. Este último trecho foi declarado em tom de cumplicidade, em que a exclamação do pesquisador foi interpretada como de espanto para com a atitude do

⁸ A descrição e análise dos fluxos de caixa e cadernos de controle de gastos são realizadas em Piccin (2012, p. 389)

contabilista. Ora, essa situação que se desenrola entre o pesquisador e o proprietário, seguida dessa declaração, expressa com toda a força uma maneira de pensar e organizar o mundo econômico incorporada como natural, para a qual “não é real” o que seu contador faz, pois em seu modo de pensar, e que, segundo sua interpretação, contou com a aprovação do pesquisador, é inconcebível não incluir “os gastos da casa”.

Desse modo, os gastos de consumo são elevados ou diminuídos de acordo com a rentabilidade potencial e percebida da estância, de modo que dificilmente “sobra” saldo positivo no final do ano. Isso explica por que, mesmo estancieiros com diferentes cifras de gastos mensais – trinta mil num caso e quarenta a quarenta e cinco mil em outro caso -, consideram que a estância “não dá lucro” ou que “não sobrava no final do ano”.

Esse modo de organizar os fluxos de caixa influencia nas decisões dos estancieiros quanto à comercialização de animais, constitui a lógica entre vendas para o abate e preços ao produtor, além do comportamento político deste setor social frente suas reivindicações econômicas perante o Estado. O conjunto desse modo de organizar o mundo produtivo dá forma ao que chamamos de *comportamento econômico estancieiro*, que passamos a analisar na próxima seção.

Da lógica entre as vendas para abate e preços ao produtor: rigidez da oferta e o *comportamento econômico estancieiro*

Com base nos Censos Agropecuários entre 1960 e 2006, foi demonstrado em Piccin (2012, Capítulo VIII) que os períodos de maiores preços dos gados ofertados aos produtores correspondiam a uma menor oferta de animais ao mercado, sendo o contrário também verdadeiro. O aumento dos preços gera um comportamento contrário do que se poderia esperar, uma vez que, descartados todos os demais fatores que poderiam influenciar, justamente os períodos de altos preços pagos ao produtor também correspondiam aos períodos de maior lotação animal na estância e menor oferta de gados ao mercado. Ou seja, nos momentos de alta dos preços há um desincentivo quanto à venda, pois os níveis de rendimentos esperados são alcançados com menor número de animais vendidos.

Este é um comportamento econômico de gestão do *estoque* de gado. *Estoque* foi como vários de meus entrevistados se referiram aos efetivos de animais que seus pais e/ou eles próprios tinham em suas propriedades. Essa ideia está relacionada com uma noção de segurança e poupança, no sentido de que do *estoque* se pode lançar mão quando

há na família a necessidade de maiores recursos monetários.⁹ A gestão do *estoque* e o comportamento econômico também podem ser analisados pela relação entre preços ao produtor e a venda de duas categorias essenciais de animais numa estância: vacas e novilhas. Ou seja, se considerarmos que metade dos nascimentos em um ano são de fêmeas, o produtor teria que manter na propriedade parte delas para substituir as matrizes que já estão velhas, ou apresentam problemas de fertilidade, etc. Por estes mesmos motivos a venda de matrizes não poderia exceder a um determinado patamar, pois caso contrário se estaria vendendo a capacidade reprodutiva do próximo ciclo reprodutivo; um pouco como se o dono de uma fábrica vendesse suas máquinas, ou bens de capital, produtoras das mercadorias.

Em períodos de crise econômica do estancieiro, ou ele contrai empréstimos bancários para financiar os gastos de consumo próprios e de sua família, esperando saldá-los futuramente com o possível aumento do preço do gado, ou a venda de um número maior de fêmeas constitui-se como uma das poucas formas de mobilização de recursos para fazer frente à queda das receitas monetárias. Essa lógica entre preços ao produtor e venda de fêmeas foi demonstrado com dados do IBGE nos 10 anos pesquisados, entre 1997 e 2006: se o preço sobe, o abate de vacas e novilhas cai; se o preço cai, o abate de vacas e novilhas sobe (Piccin, 2012, p. 350). Isso significa afirmar que, nos períodos de crise dos preços, os pecuaristas contribuem para aprofundar e prolongá-la ainda mais, uma vez que a venda de matrizes e novilhas, dependendo do nível em que é realizada, compromete a capacidade produtiva dos ciclos futuros de reprodução dos animais, deixando de vender mais animais quando os preços melhoram.

Este, na verdade, é um antigo problema conhecido e reconhecido tanto pela bibliografia especializada¹⁰, por mais que muito pouco demonstrado, quanto pelas entidades políticas de representação dos criadores e pela política pública Estatal. Por exemplo, em 2004 e 2005, o preço pago ao produtor caiu, em comparação com os anos anteriores, gerando protestos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), nos quais a entidade se dizia,

⁹ Na verdade, não é só entre os estancieiros que esta ideia do *estoque* aparece. Quando eu conversava com um pequeno comerciante sobre os estancieiros da região, ele se referia aos proprietários de modo a dizer que “aquele tem um grande *estoque* de gado”. Assim também com outros agentes sociais.

¹⁰ Ver Pesavento (1980a) que comenta sobre o abate de matrizes como sendo um comportamento dos estancieiros desde o século XIX. Já, Torres (1983, p. 89-91) aborda sobre a venda de matrizes como prática generalizada no período entre 1920 e 1940, argumentando ser [...] evidente que uma taxa de abate superior ao da reprodução natural do gado torna-se imediatamente descapitalizadora”.

[...] preocupada com a necessidade de venda de matrizes para que os produtores consigam se manter capitalizados. ‘Em 2004, a CNA esteve apreensiva com o nível de abate de fêmeas, que chegou a 35% do total dos abates do ano anterior, bem acima da média de 20% a 23%’, ressaltou ontem o presidente do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da entidade, Antenor Nogueira. ‘Neste ano, a situação piorou, com o abate de matrizes atingindo 50% do rebanho’. O dirigente também considera expressiva a queda na cotação do boi gordo, que de R\$ 62,00 no começo de 2004, baixou para R\$ 58,00 no mercado paulista. Em reunião com o Ministério da Agricultura, a CNA sugeriu a criação de linhas de financiamento, **a fim de se conter o número de abates de matrizes, contribuindo para a manutenção dos índices de crescimento do rebanho nos níveis dos anos anteriores** (Correio do Povo, 11/03/2005) – o destaque é meu.

Tem-se nessa citação de jornal, todos os elementos da lógica entre preços e abate de fêmeas, a mobilização da principal entidade dos *senhores de terra* e a pressão sobre o Estado para a formulação de política pública com o objetivo de garantir o padrão de consumo destas elites. Porque é disto que se trata: garantia da manutenção dos níveis de rendimento aos setores sociais dominantes em momentos nos quais os preços de mercado não os fazem. E o mais impressionante é que parece ser nesses períodos de baixa de preços ao produtor quando aumentam as exportações de carne brasileiras. A mesma reportagem citava que, em comparação com o ano de 2004, nos dois primeiros meses de 2005, as exportações de carne haviam crescido 30%. Isso indica que o *comportamento econômico estancieiro* oferta mais animais em períodos de crise econômica!

Se o presidente do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da CNA tiver razão quanto aos níveis adequados para o abate de fêmeas, que segundo a reportagem citada deveria permanecer entre 20% a 23% do total dos abates, então a pecuária do Rio Grande do Sul no período entre 1997 e 2006 nunca atingiu os níveis aceitáveis como adequados, sendo 31,84% o menor índice registrado, em 2001.¹¹ Quando em 2005, a CNA desencadeou as ações citadas, tendo em vista que o abate de fêmeas

¹¹ Pode-se ver na tabela abaixo que o menor índice corresponde ao ano de 2001, com 31,84%. Ver Piccin (2012, p. 350-352).

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Abate de vacas e novilhas (%)	45,05	42,28	44,82	36,32	31,84	34,95	40,33	48,29	51,00	46,10
Preços reais pagos ao produtor R\$	1,9	2,16	2,14	2,2	2,27	2,11	1,97	1,82	1,67	1,81

tinha atingido 50%, o índice, no mesmo ano, no Rio Grande do Sul atingia 51% - ver nota de rodapé anterior.

Já, em fases de alta dos preços, o comportamento dos criadores é o inverso. Vale a pena citar longamente trechos de uma análise da Revista AgroAnalysis da Fundação Getúlio Vargas/São Paulo (FGV) sobre o mercado da pecuária de corte no ano de 2010, cujo título é *Brasil – Virada no ciclo da pecuária*:

Em 2010, **a situação de liquidez dos criadores melhorou** com a retomada das exportações das carnes brasileiras e do acesso ao crédito nos níveis pré-crise financeira global. **A oferta de bovinos para abate esteve abaixo da esperada.** Com a disponibilidade ajustada, **os frigoríficos encontram dificuldades para comprar animais, e os preços se firmaram.** A capacidade de abate está elevada, por causa dos altos investimentos em plantas de abate de bovinos antes da crise de 2008 e pelo fato de as unidades deixarem de operar com a falta de matéria-prima. O rebanho se recompõe de forma lenta.

A valorização dos preços do boi gordo no mercado interno reflete o expressivo aumento na taxa de abate de matrizes nos últimos anos. **Sem renda suficiente, os pecuaristas abateram boa parte do rebanho, a maioria de fêmeas. Em anos normais, o abate de fêmeas oscila entre 22% e 25%.** Há três anos, no entanto, esse índice atingiu o pico de 47%. [...].

O melhor sinal de investimento na criação é emitido pela maior retenção de matrizes, com tendência de crescimento depois de 2006 quando, em junho, o valor deflacionado da arroba em São Paulo atingiu o menor patamar em mais de 30 anos. [...] Depois dos abates acelerados de fêmeas em 2006 e 2007, a pecuária brasileira sente o reflexo da redução de bezerros, com preços elevados para animais de engorda. A recomposição do rebanho deve levar pelo menos mais tempo, com as cotações de bezerros em patamares elevados. (Os destaques em negrito são meus).

Com o aumento dos preços ao produtor, este pode diminuir a oferta de animais, o que, por outro lado, gera um problema para os frigoríficos que são obrigados a aumentar ainda mais o preço ao produtor se quiserem ter gados para abater. Já, em período de baixa dos preços, que obriga os pecuaristas a aumentar a oferta de fêmeas, provoca uma redução dos bezerros no ciclo seguinte, quando o produtor poderia conseguir altos lucros com a venda de bovinos em períodos de alta dos preços.

Como vimos, no caso da CNA, as pressões sobre o Estado recaem no sentido de que ele deve financiar os momentos em que o preço cai, desincentivando os criadores a

vender matrizes. É exatamente este o objetivo de uma linha de crédito disponibilizada pelo Banco do Brasil chamada “Investimento Agropecuário Tradicional”, que disponibiliza um teto de R\$ 300 mil/beneficiário/safra e até R\$ 750 mil para a aquisição de matrizes e reprodutores de bovinos e bubalinos, com prazo de pagamento de 5 anos e carência de 18 meses, com taxas de juros de 6,75% no Plano Safra 2011/2012, baixado para 5,5%/ano no Plano Safra 2012/2013.¹² De fato, a maior tomada deste empréstimo é nas baixas de preços do gado, quando as elites pecuaristas podem tomar financiamento para custear seus padrões de consumo e não vender as matrizes.¹³

Todavia, essa lógica particular das elites pecuaristas de administrar suas receitas e o orçamento familiar, gera críticas por parte de outros setores sociais, o que exige que elas sejam respondidas. Particularmente provocado por tais críticas, o Presidente do Sindicato Rural de São Gabriel respondeu da seguinte forma, em artigo intitulado *Venda de matrizes, um sintoma que vem do campo*, publicado em setembro de 2010. A seguir, seguem alguns trechos do referido artigo:

Nesta semana, a **imprensa especializada** na cobertura de temas relativos ao agronegócio tratou com destaque o alto índice de comercialização de matrizes na bovinocultura [...].

A forte incidência de venda de matrizes que ainda se registra por todo o Brasil tem sido tratada por certa cobertura jornalística com **um tom de surpresa, de quase escárnio**, como se fosse um sintoma de alguma espécie **de incompetência inata do produtor**. Aqui e ali, pode-se quase ler nas entrelinhas das análises de alguns economistas:, confortavelmente instalados em seus escritórios com ar-condicionado: “Como é que estes fazendeiros matam sua galinha dos ovos de ouro? Que necessidade tem disso um setor tão forte da economia?”

O que talvez não tenha ocorrido a muitos ‘analistas’ do mercado rural é que **o produtor rural não vende uma matriz porque quer, ou porque tenha alguma inclinação suicida**. Ao invés de servir para reforçar um preconceito desinformado contra o setor, este triste cenário deveria alertar para um **fato que tem sido denunciado ano após ano** pelas principais lideranças rurais de todo o país, sem qualquer tipo de eco na mídia: **o produtor rural brasileiro está sufocado, sem renda, endividado**, e muitas vezes o que lhe resta é abrir mão de sua ‘poupança de futuro’ – as matrizes – para poder honrar compromissos.

¹² Na ocasião do lançamento do Plano Safra 2011/2012, o então Ministro da Agricultura Wagner Rossi, argumentou: “O programa também dá mais segurança ao pecuarista que, há cinco, seis anos atrás, precisou vender suas matrizes para fazer caixa por causa dos baixos preços praticados nesse período” (Presidência da República, 2011; 2012).

¹³ Conforme entrevista do Gerente da Agência do Banco do Brasil de São Gabriel.

Em casos mais extremos, **tem produtor vendendo fêmeas com prenhes positiva para frigoríficos**, com isso o abate será de dois animais, o que fatalmente vai acarretar ainda mais na diminuição do rebanho [...], **já que não lhes assiste uma política agrícola efetiva que subsidie a retenção de matrizes**. [...] (Teixeira, 2010).

Para além da choradeira que caracteriza o patronato rural no Brasil, seja em períodos de baixa ou, da mesma forma, em períodos de alta dos preços pagos ao produtor, não importando se a elite agrária é a paulista (Stolcke, 1986, p. 192), ou nordestina (Garcia Jr., 1989, Capítulo VII) ou a estancieira no Brasil Meridional, o artigo de Teixeira é importante porque ele procura justificar um determinado comportamento econômico. Um comportamento que não raro é classificado como irracional, tratado com “um tom de surpresa, de quase escárnio”, como se fosse “alguma espécie de incompetência inata do produtor”.

Esse comportamento econômico particular se afasta do comportamento econômico de um capitalista industrial, visto aqui como comparação. Se tomarmos a velha representação $D-M-D'$, na qual M representa a mercadoria que ambos os padrões buscam realizar no mercado, D e D' como valores monetários, iniciais e finais do processo produtivo, onde, D' (final), obtido com a realização (venda) da mercadoria M , corresponde à quantia D (investida inicialmente) + d , na qual d é um determinado valor líquido a mais, veremos que os significados na equação $D-M-D'+d$ são bem diferentes para estes comportamentos econômicos em questão.

No caso de nosso capitalista industrial, quando ele realiza M o valor obtido deve reproduzir o valor D investido inicialmente, ou seja, o valor dos instrumentos, objetos e a força de trabalho, e gerar um valor a mais, que sobra, pois o valor adicionado pela força de trabalho é superior ao seu próprio valor como mercadoria, que Marx chamou de *mais-valia* (Marx, 1983). É desse d , um valor monetário que sobra, depois descontados os custos em D' , que é utilizado para consumo próprio e da família do capitalista. Se, com a realização de M , o capitalista obter reprodução ampliada de seu capital, uma parte de d também poderá ser utilizada na ampliação do processo de reprodução de seu capital, ou seja, para o acúmulo de ainda mais valor: na compra de novos instrumentos e objetos de trabalho e da força de trabalho, assim como novos bens de produção.

No caso do *comportamento econômico estancieiro* observado, a equação possui um significado completamente distinto. Diferentemente do caso do parágrafo acima, no

D investido inicialmente, os estancieiros consideram, além do valor dos instrumentos, objetos e força de trabalho, os gastos de consumo próprio e os da família. Assim, da realização de *M*, ou seja, da venda dos gados, não se considera somente os gastos produtivos e valores consumidos efetivamente no processo produtivo. É como se uma parte do *d* que sobra, resultado do valor adicionado pela exploração direta da força de trabalho ou indiretamente do trabalho social, no caso dos subsídios, já fosse consumido na arrancada do processo produtivo. A outra parte do *d* que eventualmente sobra já é reprodução ampliada de seus capitais. O problema, portanto, está no tamanho do *d* consumido já na arrancada, em outras palavras, dos padrões de consumo de elite que se busca reproduzir ou atingir. Como o *M* só é realizado no final do processo de produção, e, por óbvio, não no início, em períodos de baixa dos preços pagos ao produtor o resultado obtido no mercado pode não ser suficiente para cobrir o tamanho do ‘*D estancieiro*’, sendo necessário, assim, vender matrizes ou futuras matrizes. Há um gasto em consumo da família que já foi realizado e que precisa ser coberto com a venda de maior número de fêmeas. Claro que a sensação é que a atividade “não dá lucro”, que o produtor “está sufocado, sem renda e endividado”, como procura se defender o presidente do Sindicato Rural de São Gabriel no artigo citado. Não é de estranhar que, na fala dos estancieiros, seus intelectuais orgânicos e representantes políticos, a pecuária apareça sempre como uma atividade “descapitalizada”.¹⁴

E, como nos períodos de alta dos preços pagos ao produtor, assim que ele percebe que o ‘*D estancieiro*’ foi coberto pela venda de determinada quantidade de gado, passa a só vender mais por um superlucro, um superpreço e retém, se possível, o máximo de animais para realizá-los num período de alta maior dos preços, sempre na esperança de que maior ainda se torne a alta. Então, todo um jogo de forças passa a atuar entre estancieiros, frigoríficos e Estado, se este desejar incrementar a oferta de carne, seja para o mercado interno ou externo. Em qualquer caso, na alta ou na baixa, o argumento de

¹⁴ Em Pesavento (1980a; 1980b), em suas análises sobre a pecuária na República Velha e o período subsequente, este argumento da “descapitalização” da pecuária, juntamente com o fato de que as elites políticas hegemônicas do Estado eram positivistas, vira explicação para tudo, como da impossibilidade dos estancieiros terem empreendido um frigorífico por conta própria, pois estavam sempre “descapitalizados”. Pior ainda é quando a autora compara com a dinâmica econômica dos colonos, que empreendiam muito antes dos estancieiros seus frigoríficos de banha, moinhos de cereais, etc., voltando a argumentar que os estancieiros tinham o problema da mal denominada “descapitalização”. Ora, absolutamente, tal tipo de interpretação é muito fraca. É com base nesse argumento que se construiu todo o mito do “declínio secular da Metade Sul” (Bandeira, 1994, p. 9) na década de 1990; tese seguida por um sem número de trabalhos. O que Pesavento, nem ninguém da tese do “declínio secular da Metade Sul” percebeu foi que existia um oceano a separar os padrões de consumo das elites estancieiras e os dos colonos.

justificação do comportamento reivindicativo será sempre que “o produtor rural está sufocado”. Até porque, no último caso, faz parte do jogo político de barganha do produto social entre os distintos setores sociais.

Desse modo, gera-se uma força interna ao sistema estancieiro que age no sentido inverso à intensificação dos processos de produção, ao aumento absoluto do número dos efetivos e conseqüente estagnação e mesmo diminuição da oferta de bovinos no mercado. A oferta generosa de financiamento agrícola para cobrir o consumo das elites pecuaristas em períodos de baixa dos preços ao produtor, sem nenhuma contrapartida em termos de atingir mínimos de produtividade, tende a só prolongar ainda mais os sistemas produtivos extensivos e atestar o *comportamento econômico estancieiro*.

Assim, sem romper com a lógica que preside seu comportamento econômico, a crise econômica significa campos vazios de gados na estância. Os estancieiros percebem que seus estilos de vida até então mantidos são questionados pela realidade objetiva dos fluxos monetários. Ter um emprego urbano como, por exemplo, de médico, de advogado ou de engenheiro, é a garantia de manutenção de um estilo de vida que não é mais alcançado somente com as rendas provindas da posse da terra. Caso contrário, as contradições no fluxo de caixa se asseveram e, todavia, as alternativas podem ser variadas, como a venda das terras, abrir um bar (caso de uma família entrevistada), ir morar na estância (encarada pelos demais como descenso social) ou simplesmente perceber que se deve mudar, sem nunca conseguir de fato mudar; como a esposa de um estancieiro declarou ao pesquisador: “todos sabem o ditado de que é o olho do dono que engorda a boiada, mas ninguém faz isso”. E enquanto há esta resistência internalizada como *habitus*, eles próprios percebem que a terra “passa de mão”, ou seja, que “as empresas, os *gringos* e outros sabichões aí estão comprando tudo”, diz um estancieiro. Para este mesmo entrevistado, “do jeito que vai, todo mundo vai quebrar, pois quem não conseguir mudar ou se adaptar, vai quebrar”, no sentido da necessidade de fazer diminuir os custos e aumentar os índices de produção na estância.

O que importa assinalar é que a realidade lhes obriga a reavaliar suas formas de pensar, num perfeito efeito Dom Quixote, até porque os demais agentes abaixo e ao lado deles próprios na hierarquia também se movem.

O único caso dentre os estancieiros do município, assim reconhecido tanto por ele próprio quanto pelos demais entrevistados, que buscou romper com essa lógica do comportamento econômico descrito - com esta forma de pensar o orçamento familiar &

orçamento da estância e a perspectiva de tratar o rebanho como um *estoque* - era considerado por seus pares como “louco”.¹⁵ No trabalho de campo, àqueles que trabalhavam sob outra lógica de organizar a produção era atribuída a pecha de “águias nos negócios” e que “só pensavam no dinheiro”.

Conseguirão as elites rurais estancieiras converterem-se ao modo especificamente capitalista de organizar a vida econômica?

A principal dificuldade enfrentada por estes *senhores da terra* é quanto à necessidade de reformular suas *maneiras de calcular*. Das alterações que se precipitaram no espaço social estancieiro a partir do final de 1980, não abordamos neste artigo as trajetórias ascendentes dos pequenos proprietários, que se somam ao conjunto das mudanças que impactam a visão dos dominantes sobre o espaço social. Esse conjunto de alterações colocou em xeque outras formas de geração de valor que não o estritamente monetário e obrigam a uma reformulação dos modos de pensar. Mesmo que os estancieiros passem a respeitar as normas legalmente instituídas quanto à contratação de trabalhadores, muito simplesmente não conseguem organizar suas maneiras de calcular e organizar suas vidas de acordo com um novo princípio de dominação no espaço social. Ao não conseguir operar esta reconversão e internalizar os modos estritamente capitalistas de organização dos recursos produtivos, ou tornam-se cada vez mais dependentes das rendas advindas da cessão em arrendamento de suas terras, ou vendem seus ativos fundiários e operam uma reconversão de trajetórias sociais em empregos urbanos, ou, então, é mesmo a possibilidade da reforma agrária que volta a lhes ameaçar devido aos debates de medição dos índices de produtividade ou, pior ainda, de atualização desses índices. É como se essas situações soassem como um aviso de que é preciso internalizar as formas capitalistas de organizar os fatores produtivos.

O *comportamento econômico estancieiro* é consubstanciado por três principais características, conforme discutido no decorrer deste trabalho: a) os gastos de consumo da família são considerados como custos intermediários da estância, ou seja, não há a separação dos gastos especificamente produtivos dos gastos com estilo de vida; b) o efetivo animal é considerado como *estoque* de gado a servir de acordo com as

¹⁵ Não convém neste artigo descrever o processo pelo qual esse estancieiro empreendeu as alterações no modo de organizar a produção econômica, uma vez que exigiria uma longa exposição. Para tal ver Piccin (2012, p. 409).

necessidades de consumo da família; c) não respondem aos estímulos do mercado, uma vez que aumentam a venda de gados nos períodos de baixa dos preços ao produtor, sendo o contrário também verdadeiro; d) o estímulo para investir é dado nos períodos identificados como de crise econômica e não nos períodos de altos rendimentos líquidos. Nada mais estranho às formas capitalistas de gerir os recursos produtivos do que esse comportamento econômico da elite rural estancieira.

Ao que tudo indica os processos sociais que envolvem o que se chamou de “sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil” (Heredia, Palmeira e Leite, 2010) incluem processos de reconversão de antigas elites rurais, que correm o risco do descompasso e inaptidão de seus *habitus* frente ao que é exigido em termos de disposições sociais pelas alterações do espaço social. Em uma economia de mercado cuja concorrência é estabelecida em nível internacional, ou esse patronato muda ou tende a ser aniquilado. Tendência essa que é contrabalançada pelo potencial que o patronato rural tem de influenciar nas decisões do Estado e em assegurar aos *senhores da terra* uma maior parcela do produto social. Há, contudo, um processo de mudança de morfologia social do patronato rural no espaço estancieiro e, possivelmente, também no país.

Bibliografia

ACCURSO, Cláudio et al. **Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, Comissão de Desenvolvimento Econômico (Boletim nº 16), 1965.

ALONSO, José Antônio Fialho et al. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

BANDEIRA, Pedro Silveira. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, José Antônio Fialho et al. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 09-48.

BENETTI, Maria Domingues. O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 2).

_____. Perspectivas de transformações estruturais na economia da metade sul do estado. **Indicadores Economia FEE**, Porto Alegre. Vol 34, nº 4, p. 129-142, 2007.

_____. Agropecuária na região sul do Rio Grande do Sul – 1970-90. In: ALONSO, José Antônio Fialho et al. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 94-172.

BESSIÈRE, Céline. **De génération en generation: arrangements de famille dans les entreprises viticoles de Cognac**. Paris: Raisons d’agir, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. **Algérie 60: structure économiques et structures temporelles**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2007.

_____. **La Noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps**. Paris : les editions de minuit, 1989

_____. **Le sens pratique**. Paris : Minuit, 1980.

_____. **Les Structures Sociales de l'économie**. Paris: Les Éditions Du Seuil, 2000.

_____. **O Poder Simbólico**. 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre; SANT MARTIN, Monique. Le Patronat. In : **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Vol. 20-21, mars/avril, 1978, pp. 3-82

BRUNO, Regina Ângela Landim. A violência Patronal como prática de Classe. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 05, nº 10, jul. dez. 2003, p. 284-310.

_____. **O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência da nova república**. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas/Pós-Graduação em Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp/DCS, 2002a.

_____. “Com a boca torta pelo uso do cachimbo”. Estado e empresários agroindustriais no Brasil. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio. **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002b, p. 165-178.

_____. **MOVIMENTO SOU AGRO: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio**. Águas de Lindóia: 36º Encontro Anual da ANPOCS, GT 16 Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder, 2012.

_____. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CADONÁ, Marco André. Burguesia industrial no Rio Grande do Sul e reestruturação do capitalismo no Brasil. Rio de Janeiro, 2009. **XIV Congresso Nacional da SBS**.

_____. **Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de redemocratização**. Santa Cruz do Sul: UDUNISC 2002.

DA ROS, César Augusto. **As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002)**. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado), CPDA/UFRRJ, 2006.

_____. O Movimento “vistoria zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. In: **Sociologias**, n 22, 2009.

_____. **Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

DUBY, Georges. **Senhores e Camponeses**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1991.

GARCIA Jr., Afranio. **O Sul: caminho do roçado**, estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MTC-CNPq, 1989.

GARCIA-PARPET, Marie-France. **A gênese social do Homo-Economicus: a Argélia e a sociologia da economia em Pierre Bourdieu**. Mana (12) 2: 333-357, 2006.

_____. Représentations savantes et pratiques marchandes. In: **Genèses**, 1996, n° 25, p. 50-71.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”**. Porto Alegre (Dissertação). Mestrado em Ciência Política, 1998.

HEINZ, Flávio Madureira. **Les fazendeiros a l’heure syndicale: representation professionnelle, interets agraires et politique au Brésil, 1954-1967**. Nanterre, Université de Paris X, 1996 (Thèse de Doctorat d’Histoire).

_____. **Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição a reforma agrária, 1985-1988**. Porto Alegre: UFRGS, 1991 – Dissertação de Mestrado.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e Economia do “agronegócio” no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 25, n° 74, 2010, p. 159-196.

ISAAC, F. I.; SOUZA, J. G. Efeitos da política cambial sobre as exportações de carne bovina brasileira. In: **Archivos de Zootécnica**, Vol. 59, n° 225, 2010, p. 73-79.

KULA, Witold. **Teoria econômica do sistema feudal**. Lisboa: Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.

LAFERTÉ, Gilles. De l’interconnaissance sociale à l’identification économique : vers une histoire et une sociologie comparées de la transaction à crédit. In: **Genèses**, 2010, n° 79.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro primeiro, Tomo I. São Paulo: Nova Abril Cultural, 1983

MAUSS, Marcel. **Essai sur le don**. Paris : PUF, 2007.

PAIVA, Carlos Águedo (Org.). **Evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980a.

_____. **RS: A economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980b.

PICCIN, Marcos Botton. **Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro**. Tese (Doutorado), DCS/IFCH, Unicamp, Campinas, 2012.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Grandes fortunes: dynastie familiales et formes de richesse em France**. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2006.

_____. **Les ghettos du gotha: au coeur de la grande bourgeoisie**. Paris: Éditions du Seuil, 2007c.

_____. Sociologia da alta burguesia. **Sociologias**, Porto Alegre, n° 18, 2007, p. 22-37

_____. **Sociologie de la bourgeoisie**. Paris: La découverte, 2007b.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMOS, Marília Patta. **O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 1995.

SOMBART, Werner. **Le Bourgeois**. Contribution à l’histoire morale et intellectuelle de l’homme économique moderne. Paris: Payot, 1966.

SORIO JÚNIOR, Humberto. **A ciência do atraso: índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. Tradução de Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TORRES, João Carlos Brum. A economia agrícola no Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 3(2): 67-108, 1983.

VIANA, João Garibaldi Almeida et al. Evolução dos preços históricos da Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: tendência e comportamento dos preços em nível do produtor e consumidor. In: **Ciência Agrotecnologia**, Lavras, Vol. 33, nº 4, 2009, p. 1109-1117.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: UnB / São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.

ZALIO, Pierre-Paul. Territoires et activités économiques: une approche par la sociologie des entrepreneurs. In: **Genèses**, 2004/3 nº 56, p. 4-27.

Documentos citados e outros

AGUIAR, Adilson Almeida. A economia pecuária nos dias de hoje. In: ASSIS BRASIL, Délio. **O Gaúcho: formação e hábitos**. Porto Alegre: Edigal, 2009, p. 95

AGROANALYSIS. Brasil – Virada no ciclo da pecuária. 2010. In: **AgroAnálisis**.

Disponível em:

http://www.agroanalysis.com.br/especiais_detalle.php?idEspecial=82&ordem=7 Acesso em: 10/05/2012.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 inclui linhas de crédito para aquisição de matrizes e reprodutores. Brasília. In: **Blog do planalto**. 2011.

Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/plano-agricola-e-pecuario-20112012-inclui-linhas-de-credito-para-aquisicao-de-matrizes-e-reprodutores/>. Acesso em: 10/06/2012

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Plano agrícola e pecuário 2012/2013. Brasília. In:

Blog do planalto. 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/plano-agricola-pecuario-2012-2013>. Acesso em 10/06/2012. Acesso em: 10/06/2012.

TEIXEIRA, Tarso. **Venda de matrizes, um sintoma que vem do campo**. 2010,

Disponível em: <http://www.colunapontodevista.com/2010/09/venda-de-matrizes-um-sintoma-que-vem-do.html>. Acesso em: 13/10/ 2011.

VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**, O Arquipélago, Vol. II, 1961

CORREIO DO POVO. **Crise na pecuária eleva abate de matrizes**. 11/03/2005